



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

---

1º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2022  
FORMAÇÃO DE QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR  
DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

# PROVA DE GRADUAÇÃO EM

# DIREITO

**CADERNO DE PROVAS COM GABARITO DAS  
RESPOSTAS**

A prova foi gerada pelo sistema Moodle com ordem aleatória de alternativas de respostas para cada candidato. Segue a íntegra do caderno de provas com a resposta correta destacada em azul.



### Conhecimentos Específicos

**[Direito Constitucional] São espécies de princípios constitucionais, EXCETO:**

estruturantes;  
sensíveis;  
excepcionais;  
gerais

**[Direito Constitucional] São ações constitucionais, EXCETO:**

mandado de segurança coletivo;  
ação popular;  
habeas data;  
ação monitória.

**[Direito Civil] São características do direito civil do século XXI, segundo a doutrina:**

- I – Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil.**
- II – Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas e funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis.**
- III – Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos.**
- IV – Valorização da boa-fé objetiva em suas múltiplas funções.**
- V – Menor relevância da distinção entre direito público e direito privado e uso do diálogo das fontes.**

Todas as afirmativas estão corretas.

Existe apenas uma afirmativa errada.  
Existem apenas duas afirmativas erradas.  
Existem três afirmativas erradas.

**[Direito do Consumidor] Analise as afirmações abaixo.**

- I – Consumidor – entendido como consumidor standard ou stricto sensu – é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final**
- II – A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que o juiz poderá conhecer de ofício da abusividade das cláusulas abusivas nas relações de consumo**
- III – A informação enganosa é aferida objetivamente, sendo irrelevante a existência, ou não, de dolo do fornecedor.**
- IV – As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.**
- V – A inversão do ônus da prova, segundo o STJ, é regra de procedimento (de instrução), não de julgamento.**

Todas as afirmativas estão corretas.

Apenas a afirmativa II está errada.  
Existem apenas duas afirmativas erradas.  
Existem três afirmativas erradas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

---

**[Direito Processual Civil] Foi distribuída ao Juízo Federal da 15ª Vara um Mandado de Segurança individual, em que autor aponta uma exigência constante no Edital de um concurso público para o cargo de Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, supostamente incompatível com a lei. Consta na inicial pedido de liminar e pedido principal, formulados contra ato da autoridade coatora para que, incidentalmente, o Juízo declare a apontada ilegalidade na norma editalícia e, enfim, proveja ao demandante tutela que obrigue o impetrado a processar a inscrição do autor no concurso público em referência. Em pesquisa aos registros no sistema PJE do TRF-1ª Região, constatou-se que no foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais foram impetrados outros 14 mandados de segurança individuais firmados no mesmo fundamento da ilegalidade da exigência do Edital, com pedido comum de provisão de acesso dos impetrantes ao processo seletivo. Ao tomar conhecimento da situação reportada acima, o Juízo da 15ª Vara deve:**

ordenar a redistribuição dos autos ao Juízo da 12ª Vara Federal, perante o qual, entre todas as demandas reportadas, se efetivou a primeira citação válida;

[ordenar a redistribuição dos autos ao Juízo da 3ª Vara Federal, perante o qual se processou a distribuição do mandado de segurança de nº 2020.0003334-45, ocorrida em data precedente à distribuição de todas as demais ações reportadas acima;](#)

ignorar a existência das outras demandas e prosseguir na prática dos atos processuais nos autos daquela demanda que lhe fora inicialmente distribuída, se não houver postulação de nenhuma das partes para reunião dos processos;

manter sob sua presidência o processamento dos autos do mandado de segurança, mesmo que haja postulação de parte para reunião dos processos, porque as regras processuais de modificação de competência não se aplicam à ação de mandado de segurança.

**[Direito Processual Civil] Em Ação Civil Pública, o Ministério Público Federal pleiteou, contra a União Federal, a inclusão do medicamento de nome RAMIPRIL, que ainda não estava integrado à Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com jurisprudência do STF e do STJ:**

a ação deve ser proposta contra o Estado e o Município;

para ações com o objetivo de inclusão de medicamentos na lista RENAME do SUS só respondem os Municípios, visto que estes detêm atribuição para serviços de atenção básica à saúde;

[a União Federal é parte passiva legítima para responder por demandas que versem sobre inclusão de medicamentos na lista RENAME do SUS.](#)

para ações com o objetivo de inclusão de medicamentos na lista RENAME do SUS só respondem os Estados, visto que estes detêm atribuição para serviços de alta complexidade na área da saúde;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

---

**[Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:**

Em relação ao nexu causal, o Código Penal Brasileiro adota a teoria da causalidade adequada.

A conduta de guardar cédula falsa constitui crime instantâneo de efeitos permanentes.

O tipo penal previsto no Art. 38 da Lei n. 9.605/1998 constitui norma penal em branco homogênea porque o conteúdo “floresta considerada de preservação permanente” é determinado pelo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).

Segundo o entendimento da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, o princípio da insignificância penal se aplica ao crime de descaminho se valor do débito devido à Fazenda Pública não superar R\$ 10.000,00, e desde que não haja reiteração na mesma modalidade criminosa, ocorrida em períodos de até 5 anos.

**[Direito Penal] Assinale a alternativa verdadeira:**

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é possível, na terceira fase da dosimetria da pena, a aplicação cumulativa de duas causas de aumento da parte especial do Código Penal.

A veiculação, em rede social, de símbolos que utilizem a cruz suástica, no contexto de discussões ideológicas, configura, sempre, o delito tipificado no §1º do Art. 20 da Lei n. 7.716/1989.

Os elementos normativos do tipo penal são objeto de valoração, quando de sua interpretação e aplicação, pelo legislador.

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pagamento integral, a qualquer tempo, do tributo extingue a punibilidade dos crimes contra a ordem tributária.

**[Direito Processual Penal] Sobre as provas no processo penal, assinale a alternativa correta:**

São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação exclusivamente a normas constitucionais.

É vedado ao juiz determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão, desde que a prova tenha sido desentranhada dos autos.

O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

**[Direito Processual Penal] Assinale a alternativa INCORRETA:**

O foro por prerrogativa de função estabelecido no art. 102, I, 'b', CR/88, aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas pelas autoridades ali elencadas.

A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

[A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de moeda falsa, da competência da Justiça Federal.](#)

A competência penal relativa pode ser modificada pela conexão, entendida como a interligação entre duas ou mais infrações, levando a que sejam apreciadas perante o mesmo órgão jurisdicional.

**[Direito Administrativo] Em razão dos princípios da Administração Pública e do controle da atuação dela, é correto afirmar que a atuação da Administração Pública deverá observar, EXCETO:**

atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.

[exigência do estrito cumprimento das formalidades para o administrado exigir direitos.](#)

divulgação oficial dos atos administrativos, exceto as hipóteses de sigilo previstas na CF-88

indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

**[Direito Administrativo] Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar:**

a exigência de que o servidor apresente declaração de bens é ilegal por ferir a privacidade dele.

as sanções pelos ilícitos praticados são imprescritíveis apenas quanto aos agentes públicos.

a apuração de atos de improbidade só pode ser realizada se a representação for feita por escrito.

[a frustração do caráter concorrencial de concurso público é ato de improbidade administrativa.](#)

**Português**

**Na questão abaixo, marque a palavra que pode substituir corretamente a palavra sublinhada sem alterar o sentido da frase:**

O lançamento do imposto foi diferido nas operações que envolvem exportações de bens.

recusado

[adiado](#)

permitido

anulado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

**Aponte a frase onde não há nenhum erro gramatical:**

Ele foi à Salvador no mês de maio.

O menino foi considerado antissocial pelos avaliadores.

As inscrições foram encerradas, mas ele já tinha pago a mensalidade.

Custo a crer como aquele jogador perdeu um gol tão importante.

**Na questão a seguir, aponte a opção em que a regência verbal está correta:**

A impontualidade e ausência ao trabalho implicam em demissão.

O vício em drogas induziu o réu cometer o crime.

Marina simpatizou com o menino de camisa vermelha.

Os funcionários aspiravam cargos melhores, mas se contentaram com o que receberam.

**Questão discursiva**

**[Direito Civil]** A responsabilidade civil pelo abuso de direito exige a prova de culpa? Contextualize sua resposta.

**ESPELHO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO DISCURSIVA**

Não, não exige. Estamos diante de uma hipótese de responsabilidade civil objetiva. Convém frisar, por fim, que as Jornadas de Direito Civil, promovidas pelo CJF, aprovaram há tempos o Enunciado 37: “A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito independe de culpa, e fundamenta-se somente no critério objetivo finalístico”. Cremos poder afirmar que a doutrina brasileira é praticamente unânime nesse sentido. O abuso de direito, além disso, pode ter uma eficácia múltipla, variada, que vai além do dever de indenizar, vai além da responsabilidade civil. O abuso de direito é uma hipótese de responsabilidade objetiva, que deve ser analisado à luz de critérios funcionais e finalísticos. Pode funcionar como limite ao exercício dos direitos subjetivos – e importantes expedientes conceituais foram desenvolvidos nesse sentido, tais como a teoria dos atos próprios (*venire contra factum proprium*) e a teoria do adimplemento substancial (*substantial performance*), dentre outras.

A respeito do abuso de direito, consagrado no art. 187 do Código Civil, Barbosa Moreira é bastante claro: “Se assim não fosse – isto é, se para a configuração do abuso do direito tivessem de concorrer os pressupostos do art. 186 – tornar-se-ia inútil o art. 187. Haveria, não equiparação, mas identificação”, ou melhor – continua – “subsunção da figura do abuso de direito na do ato ilícito segundo o art. 186”. Aguiar Dias, por sua vez, é incisivo ao dizer que o abuso de direito, “sob pena de se desfazer em mera expressão de fantasia, não pode ser assimilado à noção de culpa. Inócua, ou de fundo simplesmente especulativo, seria a distinção, uma vez que por invocação aos princípios da culpa se teria a reparação do dano por ele causado”.

Observação para correção: basta que o candidato responda que se trata de uma hipótese de responsabilidade objetiva, sem culpa. Naturalmente, quanto mais desenvolvimento houver, maior deve ser a nota.